

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.300.342 - MG (2018/0125696-7)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE : JEAN DIEGO ALMEIDA SOUTO**  
**ADVOGADO : JACQUES TRINDADE FERREIRA - MG106969**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por JEAN DIEGO ALMEIDA SOUTO contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Consta dos autos que foi o agravante denunciado pela suposta prática das condutas descritas nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas e associação para o tráfico de entorpecentes).

Nos termos da peça acusatória, o réu e os demais acusados foram surpreendido na posse de aproximadamente **5kg (cinco quilos) de cocaína e 718g (setecentos e dezoito gramas) de maconha**.

Superadas as demais fases processuais, o agravante foi condenado à pena de 18 (dezoito) anos e 8 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, bem assim ao pagamento de 2.399 (dois mil, trezentos e noventa e nove) dias-multa.

Contra essa decisão insurgiram-se a defesa e a acusação.

Os desembargadores integrantes da Sétima Câmara Criminal deram parcial provimento ao recurso do Ministério Público estadual para reconhecer a causa de aumento prevista no art. 40, inciso IV, da Lei n. 11.343/2006, redimensionando a sanção do agravante para 20 (vinte) anos de reclusão, mais 2.533 (dois mil, quinhentos e trinta e três) dias-multa, mantidos os demais termos da sentença.

No recurso especial, apontou a defesa ofensa ao art. 40, incisos IV e V, da Lei n. 11.343/2006. Afirmou ser o réu primário e menor de 21 anos na data dos fatos, assinalando que as atenuantes não foram consideradas na segunda etapa da dosimetria. Destacou, ainda, não ter sido encontrado, na posse do agravante, nada que o ligasse ao crime de tráfico de drogas. Por fim, sublinhou não ter sido comprovado o vínculo

associativo, de forma permanente, necessário à caracterização do crime de associação para o tráfico de drogas.

Contrarrazões às e-STJ fls. 2.011/2.020.

Inadmitido o inconformismo, o recurso subiu ao Superior Tribunal de Justiça por meio de agravo (e-STJ fls. 2.027/2031).

Ouvido, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (e-STJ fls. 2.060/2.064).

É o relatório.

**Decido.**

Consoante relatado, em intrincada argumentação, o agravante apenas menciona violação ao art. 40, incisos IV e V, da Lei n. 11.343/2006, embora deduza diversas teses recursais. Aponta ilegalidade na segunda etapa da dosimetria da pena, bem como a ausência de demonstração do vínculo associativo necessário à configuração do crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

Nesse contexto, o recorrente nem sequer indica, em sua maioria, os dispositivos legais supostamente violados, o que representa inafastável deficiência de fundamentação e impede a exata compreensão da controvérsia, atraindo a aplicação da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRONÚNCIA. NULIDADE. SÚMULA N. 284 DO STF. DECISUM DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PROVA INQUISITORIAL EM HARMONIA COM A CONFISSÃO DO RÉU EM JUÍZO. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

[...]

*2. A ausência de indicação dos dispositivos de lei federal violados faz incidir a Súmula n. 284 do STF, por falta de fundamentação do apelo raro. Ademais, inviável a concessão de habeas corpus de ofício quando o acórdão foi prolatado nos termos da jurisprudência desta Corte.*

[...]

*7. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1590847/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI

# *Superior Tribunal de Justiça*

CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 02/12/2019)

Importante rememorar, por oportuno, que, no "*recurso especial, não basta a simples menção dos artigos que se reputam violados, as alegações devem ser fundamentadas, havendo uma concatenação lógica, demonstrando de plano como o aresto hostilizado teria malferido os dispositivos indicados*" (AgRg no REsp n. 262.120/SP, relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 2/8/2005, DJ 3/10/2005).

Destaco que, "*mesmo nas hipóteses de interposição do apelo especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, faz-se imperiosa a indicação do dispositivo da legislação infraconstitucional federal sobre o qual recai a alegada divergência, sob pena de deficiência na fundamentação recursal*" (AgRg no AREsp n. 753.887/SC, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 3/11/2015).

Diante dessas considerações, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator